

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Reitoria se compromete a dar continuidade ao diálogo, mas não apresenta informações concretas às reivindicações do sindicato

Em reunião realizada na quinta-feira (5) entre a direção do sindicato e a Reitoria da Unicamp não houve avanços nas questões salariais e não foi apresentado nenhum esclarecimento concreto à maioria dos questionamentos apresentados. A reitoria voltou a defender a subordinação das negociações salariais ao Conselho Universitário (aprovada na semana passada) contra a posição dos trabalhadores, que avaliam que medida visa esvaziar os debates no Conselho de Reitores, dividindo as negociações para enfraquecer a resistência e retirar do centro da pauta o compromisso de preservação da isonomia salarial entre as três universidades.

Em relação à antecipação do pagamento da primeira parcela do 13º salário, verba que já está disponível na caixa da Universidade, a reitoria solicitou que o sindicato formalizasse por ofício o pedido - o que já foi encaminhado.

A reitoria também ficou de avaliar a proposta do sindicato de criação de uma reserva para financiamento do reajuste devido no ano passado e neste ano, bem como a elevação do valor do auxílio alimentação. O STU, conforme deliberação da última assembleia da categoria, propõe reservar 1/4 do crescimento nominal do ICMS e 1/4 da arrecadação apurada mensalmente com o Programa Especial de Parcelamento (PEP), a partir de julho deste ano, e a cada trimestre, caso haja saldo na reserva, aplicar os recursos na recomposição de salários e do auxílio alimentação. A fonte de financiamento de tal reserva é o crescimento na arrecadação do ICMS (6,5% em julho e 6% em agosto, em relação aos mesmos meses do ano passado, e os R\$ 8,9 milhões recebidos em setembro com base no PEP).

Questionada sobre a situação das trabalhadoras

e dos trabalhadores da área da saúde, a reitoria se comprometeu a apresentar dados concretos sobre as contratações com vistas à abertura de debate sobre a demanda em aberto, que cresce com as aposentadorias e está represada pela suspensão de concursos estabelecida desde o ano passado nas políticas de ajuste imposta pelas administrações.

O reitor Marcelo Knobel se comprometeu a encaminhar ao sindicato uma proposta concreta de calendário para discussões sobre a pauta de reivindicações da categoria. O objetivo do STU é também acompanhar nessas reuniões as medidas que a reitoria afirma estar tomando junto ao governo federal para assegurar a atualização de repasses do SUS e outras rubricas de financiamento da União, e na Assembleia Legislativa para cobrar do Governo do Estado o que é de direito da Unicamp.

Manter a luta contra o ajuste

Conforme deliberação da assembleia, o STU seguirá articulando com as representações das bancadas no Conselho Universitário a proposta de construir uma política de resistência às medidas arbitrárias já aprovadas no Consu (redução das gratificações, suspensão de concursos) e buscar barrar o aumento dos valores cobrados nos bandeijões. Todos os retrocessos impostos pela reitoria sem debate com a comunidade vão gerar, segundo a própria reitoria, uma economia correspondente a apenas 10% do déficit acumulado pela Universidade, apesar de atingirem duramente a comunidade.

A verdadeira saída para a crise passa pela discussão do financiamento. E o sindicato deverá buscar articular com outros segmentos da comunidade a realização de uma

assembleia universitária para discutir essas questões.

Também por isso a assembleia do último dia 4 aprovou moção de repúdio aos dois representantes do técnico-administrativos no Consu que votaram contra a retirada de pauta na discussão do corte de 30% das gratificações (Silvana e Ronaldo). A votação acabou empatada, permitindo ao reitor o voto de minerva que manteve o tema na pauta da última reunião do Conselho e possibilitou a sua aprovação.

O STU apoiará, também por deliberação da categoria, a participação de representantes no Grupo de Trabalho que será criado pela reitoria no âmbito do Consu. E debaterá os encaminhamentos em assembleia geral. Além de cobrar que este GT amplie o debate sobre a situação financeira da Unicamp para o conjunto da comunidade e discuta saídas à luz inclusive dos recursos extraordinários arrecadados. Também será buscada a reversão da decisão que dá ao Consu a prerrogativa de decidir sobre as negociações salariais.

Dia 27 é dia de parar de novo

A assembleia reafirmou a paralisação no dia 27 de outubro e a participação no ato unificado do funcionalismo na capital paulista. Bem como a convocação da categoria para o Dia Nacional de Paralisações e Lutas convocado pela Fasubra, a UNE e outras organizações em defesa da educação. A construção desses dias será organizada em reuniões das unidades.

É hora de unificar as lutas para fortalecer a resistência. Por isso a assembleia também aprovou duas moções de apoio à greve dos trabalhadores dos correios e da Unilever em Valinhos (os dois textos estão disponíveis na página do sindicato na internet).

Golpistas com insuficiência de desempenho querem cassar estabilidade do funcionalismo

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou no último dia 4 o projeto de lei 116/2017. O projeto, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), acaba com a estabilidade funcional no serviço pú-

blico, autorizando que servidores sejam demitidos por “baixo desempenho”.

A estabilidade no emprego público está prevista na Constituição e esse ataque é parte do golpe operado em 2016 contra os direi-

tos dos trabalhadores.

A senadora golpista que apresentou a proposta é aliada de Michel Temer, chefe de um “governo” com 93% de rejeição. Esses sim deviam ser demitidos por insuficiência de desempenho.

Funcamp: DEdIC assegurará respeito ao acesso à creche

No último dia 29 o sindicato esteve presente na reunião com a Divisão de Educação Infantil e Complementar (DEdIC) para tratar do impedimento a funcionários contratados pela Funcamp matricularem suas crianças na creche ou receberem o auxílio criança.

A administração argumentava que o acordo coletivo firmado com o SEAAC só prevê vagas para mães e que “caso Funcamp não disponibilize creche, deverá reembolsar às suas empregadas mães”, estava sendo cumprido.

No entanto, a direção do STU voltou a rebater que vaga em creche é um direito das crianças, sem distinção entre funcionários e funcionárias.

Ficou estabelecido que o critério de escolha para o preenchimento das vagas disponíveis permanece o mesmo (sócioeconômico), sem distinção entre funcionários Unicamp e Funcamp, sendo a porcentagem de 75% das vagas asseguradas às trabalhadoras (com prioridade para as crianças em fase de amamentação) e 25% para os

funcionários homens.

A diferença significativa é que os homens contratados pela Funcamp estavam impedidos de enviar a documentação para avaliação socioeconômica, prejudicando as crianças que precisam do serviço e criando uma distinção contrária à paternidade responsável.

Para a direção do STU o compromisso da DEdIC é importante por superar a barreira estabelecida pela cláusula aceita pelo SEAAC no acordo coletivo.

STU discute iniciativas contra ataque a Paulo Freire nesta 3ª

A categoria está convidada a participar da reunião da Coordenação de Educação do STU que acontece nesta terça-feira (10), a partir das 10h na sede do sindicato, para debater as estratégias que serão articuladas contra a tentativa do Movimento Escola Sem Partido de tirar de Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira.

O sindicato está se somando a centenas de organizações, especialistas e pesquisadores nacionais e internacionais que reagem a mais esse ataque fundamentalista e de direita. O STU chama também toda a categoria a assinar o abaixo-assinado virtual que está disponível no site da entidade em defesa de Paulo Freire.

